

# Sarney prepara ação junto à Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Na reunião que manterá hoje com os líderes da Aliança Democrática, no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney examinará a hipótese de ser elaborado até 1º de fevereiro um elenco de princípios básicos referentes à nova Constituição. Apesar de se manter inflexível no ponto de vista de que o governo não deve possuir qualquer anteprojeto, o que, em seu entender, poderia significar interferência nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Sarney não está disposto a ficar de braços cruzados. Afinal, chefiar uma administração que acaba de ser reforçada nas urnas, integrada pelo PMDB e o PFL. Cada partido terá suas linhas de ação, seus fundamentos e suas propostas constitucionais, a serem explicitados diante do exame de cada caso concreto, pelos constituintes. Mesmo assim, sem representar superposição ou ingerência nos assuntos partidários, o Palácio do Planalto, de acordo com o PFL e o PMDB, cuidará para reunir determinadas definições maiores, capazes de servir senão de roteiro, ao menos de informação para os deputados e senadores reunidos em constituinte.

Fala-se que o presidente examinará a hipótese porque ainda não se decidiu por completo. Talvez opte por não tornar oficiais, isto é, por não colocar no papel nem divulgar documentos formais, limitando-se a fazer chegar às bancadas o pensamento afinal definido. Pode ser, em contrapartida, que avance até alguma coisa muito parecida com o documento constitutivo da Aliança Democrática, assinado em 1984 por ele, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marco Maciel.

Que aspectos fundamentais são esses? Para começar, o sistema de governo. Devemos alterá-lo, de modo a inaugurar o parlamentarismo na Nova República? Ou permanecerá o presidencialismo? Quem sabe uma solução mista, do tipo da vigente na França e em Portugal, onde o presidente da República é o chefe do governo, mas os problemas administrativos são dirigidos por um primeiro-ministro, responsável perante a Câmara dos Deputados?

Depois, a ordem econômica. Vivemos dentro do capitalismo, e até onde será permitida a interferência do Estado na economia? As questões sociais, de seu turno, obedecerão a que diretrizes? Acentuar-se-á o paternalismo ou se distribuirão mais encargos sociais diretos à iniciativa privada? Deve haver limitação ao direito de propriedade?

O papel das Forças Armadas na Nova Constituição manterá a tradição vinda de 1891, ou Exército, Marinha e Aeronáutica ficarão a margem da missão de garantir a ordem interna?

Devem os direitos fundamentais da pessoa humana ser estendidos até onde? Direito ao lazer, à paisagem e à imagem pública realmente merece ser colocado em pé de igualdade com o direito ao trabalho, à liberdade de pensamento, de fé política ou de credo religioso?

Os Estados e municípios terão condições de receber maiores fatias da tributação nacional, para, como consequência, absorver parte das atribuições da União?

E, quanto ao sistema eleitoral, valeria a experiência do voto distrital nas eleições para deputado federal e deputado estadual? Precisaríamos o voto continuar obrigatório? O que dispor em termos de partidos políticos?

Não há mais do que dez ou 15 definições fundamentais a tomar, ressalvando-se não dever fazer parte delas a questão da duração dos mandatos presidenciais. Trata-se de problema menor, em termos de projeção e cristalização das instituições democráticas, ainda que prendendo atenções e interesses imediatos. O seu mandato terá a duração que os constituintes definirem, tem dito o presidente José Sarney, com a esperança de que surja logo uma tendência. Para ele, será mais cômodo, já que lhe permitirá programar as fases subsequentes de seu governo. Deve formular as próximas etapas e gostaria de saber o mais depressa possível quando deixará a vida pública, pois seus planos são de não continuar na política uma vez concluído o atual mandato.

A necessidade de o governo prosuir e tornar conhecidas suas opções diante dos temas antes citados, e de outros paralelos, cresce intensamente a partir do dia 15. Está eleito senador pelo Rio de Janeiro o mestre Afonso Arinos, que obrigatoriamente assumirá a presidência da Comissão Constitucional, grupo que, de fato, redigirá a nova Carta. Como já informamos, será muito difícil ao ex-chanceler deitar de aproveitar o anteprojeto dos notáveis, que leva o seu nome, como base para os trabalhos constituintes. Esse texto, preparado pela Comissão Próvisória de Estudos Constitucionais e entregue ao presidente da República em outubro, dividiu opiniões e deixou a desejar. No próprio Palácio do Planalto desperlou muito mais resistências do que apóio. Assim, cresce a urgência para que o governo defina aquilo que aceita e aquilo que rejeita do trabalho dos notáveis.

Na Assembleia Nacional Constituinte, o PMDB deverá contar com 258 deputados federais e 44 senadores. O PFL, com 20 senadores e 120 deputados federais. Equivale a dez, dos 559 constituintes, 440 pertencem à Aliança Democrática, integrando o PMDB ou o PFL. Somam mais de dois terços, ainda que as decisões, na Assembleia Nacional Constituinte, devam ser tomadas por maioria absoluta, a menos de mais um.

A grande dúvida, hoje, reside em saber quantos dos 258 deputados federais e dos 44 senadores do PMDB estarão alinhados com o Palácio do Planalto, imaginando-se que os 120 deputados federais e os 20 senadores do PFL tocarão pela mesma partitura do presidente. Na pior das hipóteses, 150 deputados federais e 20 senadores peemedebistas seguirão Sarney e suas definições, sempre que houver choque com o setor mais ideológico do partido. Pelo menos, esses são os cálculos feitos nos corredores palacianos. Durante o ano passado e este, aproximou-se muito do PMDB e até atendeu, em níveis altos, reivindicações e postulações de seus integrantes.

Em suma, daqui até a instalação da Constituinte haverá tempo para seguidas trocas de opinião entre o presidente e as direções do PMDB e do PFL. A tentativa é de se chegar a entendimentos no atacado, já que no varejo, mil e uma posições existirão, dentro e fora dos partidos. Estando, como parecem estar, neutralizados os grupos mais quietos e extremados, também dentro e fora do PMDB e do PFL, tudo marchará para a elaboração de uma Constituição democrática, evitada de precepções e de postulados sociais, expressiva da maioria do pensamento nacional. Sem radicalismos nem prolixidades desnecessárias. (C.C.)